

Leia o texto a seguir.

Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, visto que uma e outra nascem do *coração*, e procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular. As funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.

(Adaptado de: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 13.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p.105-108.)

O pensador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu sua noção de "homem cordial" em *Raízes do Brasil*.

A partir desse trecho da obra, identifique e explique as três características básicas ligadas a essa noção.

QUESTÃO 1 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Indivíduo, Identidade e Socialização.

Resposta esperada:

As três características básicas ligadas à noção de "homem cordial" são apresentadas a seguir.

- 1) O caráter dual ou duplo, de cor/cordial/coração, significando não apenas amor, afeto, simpatia, mas ódio ou desamor, em relação às pessoas em geral.
- 2) Caráter informal ou de descompromisso excessivo em todas as instâncias e relações da vida cotidiana: na religião, nos rituais, no trabalho, nos estudos, na política, nos horários, nas normas, na vida privada etc., ou seja, a pessoalidade superando a impessoalidade.
- 3) Trato indiscriminado entre a coisa pública e a coisa privada, que ocorre entre políticos e burocratas, os quais as utilizam como equivalentes, agradando parentes, amigos, correligionários, e prejudicando inimigos ou desconhecidos, ou seja, usando o bem público como extensão pessoal e sentimental de sua casa e de seus interesses.

Leia o texto a seguir.

O Estado moderno é uma associação de dominação institucional que, dentro de determinado território, pretendeu com êxito dominar os meios de coação física legítima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos.

(Adaptado de: WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v.2. Brasília: Editora da UnB, 1999. p.529.)

No texto, o sociólogo Max Weber explica que um dos principais traços distintivos do Estado moderno em relação às instituições políticas que o antecederam é o do monopólio da violência física legítima que este deve deter. Com base nisso, responda aos itens a seguir.

- a) O que significa monopólio da violência física legítima e quem o exerce?
- b) Cite e explique duas atribuições legais de quem exerce o monopólio da violência física.

QUESTÃO 2 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Política Estado Dominação e Poder.

Resposta esperada:

- a) Significa que somente uma instituição – o Estado – pode coagir legalmente os cidadãos (isto é, de acordo com leis, impor-lhes sanções materiais e físicas) e isso dentro de seu território.
- b) O Estado, por meio de forças policiais, se encarrega do enfrentamento a todos os tipos de infratores da lei; e, por meio das Forças Armadas, faz a segurança de suas fronteiras nacionais.

Leia o texto a seguir.

Rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Temos de admitir que a ideia de exclusão é pobre e insuficiente. Ela nos lança na cilada de discutir o que não está acontecendo exatamente como sugerimos, impedindo-nos, portanto, de discutir o que de fato acontece: discutimos a exclusão e por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão.

(Adaptado de: MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 3.ed. São Paulo: Paulus, 1997. p.14.)

Embora o termo *exclusão social* seja bastante difundido nas ciências e na imprensa, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins o critica.

A partir do texto, responda aos itens a seguir.

- a) Explique por que, para Martins, não existe propriamente exclusão social.
- b) Cite quatro exemplos de situações que, segundo Martins, constituem “formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão”.

QUESTÃO 3 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Estrutura e Estratificação Social. As Desigualdades Sociais.

Resposta esperada:

- a) Segundo Martins, não é correto falar em exclusão social não porque inexistam pessoas e/ou grupos sociais que padecem de diversas formas de opressão, mas sim porque, em qualquer dessas formas, existe, na verdade, um modo problemático (ou parcial-limitado) de participação social. Assim, tais pessoas não seriam excluídas, mas vivenciariam modos degradados, empobrecidos, de “inclusão social”.
- b) O candidato deve citar quatro dos exemplos a seguir.
 - Trabalhadores escravizados em propriedades rurais e indústrias do Brasil e do mundo.
 - Trabalhadores em condições laborais precárias.
 - Trabalhadores sem terra.
 - Pessoas expulsas por construção de barragens, hidroelétricas etc.
 - Indígenas expulsos ou destribalizados vivendo em situações degradantes em centros urbanos.
 - Imigrantes e refugiados perseguidos por motivos políticos e religiosos.

Entre outros exemplos.

Leia o texto a seguir.

O homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o sentimento de si do homem, que ou não se encontrou ou voltou a se perder. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido.

(MARX, K. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.145.)

Na teoria do pensador Karl Marx, há um conceito que explica essa inversão da realidade (por conseguinte, da consciência) e, em razão dela, da relação do sujeito (seres humanos) com aquilo que, objetiva e subjetivamente, ele produz.

Com referência às ideias de Marx, responda aos itens a seguir.

- a) Qual é esse conceito?
- b) O que significa inverter a relação sujeito-objeto? Explique como isso se manifesta na religião.

QUESTÃO 4 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: O Conhecimento em Ciências Sociais: introdução ao estudo da sociedade – Teoria e Método.

Resposta esperada:

- a) Esse conceito é o de alienação.
- b) Inverter a relação sujeito-objeto significa transformar o agente (ou ser ativo) em ser passivo e, por sua vez, transformar o ser passivo em ativo; com isso, o sujeito (produtor) passa a ser controlado pelo objeto. Na religião, deuses (seres transcendentais, não objetivos) tornam-se criadores/redentores e impõem aos homens valores e normas de conduta a serem seguidas; portanto, negando a eles o exercício pleno de sua autonomia.